

o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), matéria paga, visivelmente, e muito cara, considerando apenas o papel consumido. Quem o teria pago?

Em outubro, reunidos em assembléia, os jornalistas decidiram conceder plenos poderes à Diretoria e à Comissão de Salários de seu Sindicato para determinar a greve da classe, se necessário, a fim de conseguir o aumento de salários na base de 70%, a partir de 1º de novembro, e a reintegração de 80 jornalistas demitidos ilegalmente pelas empresas, em consequência da solidariedade que haviam emprestado à greve dos gráficos. Alguns desses jornalistas haviam já conquistado a estabilidade; outros desempenhavam mandato sindical. Tais condições legais foram desrespeitadas pelos proprietários de empresas. Decidiam-se os jornalistas denunciar “a prepotência de Roberto Marinho, Nascimento Brito, Chagas Freitas, Zé Portinho e Cia.”. Os patrões recusaram-se a comparecer a cinco mesas-redondas convocadas pelo Departamento Nacional do Trabalho: mobilizaram-se os gráficos para a greve de solidariedade, conforme pacto de unidade de ação firmado pelas duas classes em luta. Os jornalistas mostravam-se dispostos a denunciar como as empresas “formaram o império econômico que hoje representam, à custa de favores dos bancos oficiais, calote nas instituições de Previdência Social e no Fundo Sindical e propinas de grupos econômicos estrangeiros, para defesa de interesses antinacionais em suas colunas”. Acrescentavam estar de posse “dos documentos autenticados sobre os mais recentes assaltos consumados pela dupla Roberto Marinho-Nascimento Brito contra a Caixa Econômica Federal do Estado da Guanabara”; o primeiro teria levantado ali 180 milhões de cruzeiros de empréstimo, 100 milhões o segundo, “em circunstâncias escabrosas”; o diretor do *Jornal do Brasil* chegara a “demitir um dos editorialistas do jornal, seu amigo íntimo, porque este se recusara, como procurador da Caixa, a opinar a favor da concessão do empréstimo”. Mais adiante, os jornalistas ameaçavam dedicar “capítulo especial” ao deputado Chagas Freitas, para contar ao povo como se tornara ele proprietário de *O Dia* e *A Notícia*, lesando seu antigo patrão, o sr. Ademar de Barros, que, naquele momento, o acionava na 1ª Vara Cível da Guanabara, para reaver os bens que o presidente do Sindicato das Empresas lhe usurpara. A história seria simples: “Ademar colocou suas ações na empresa em nome de Chagas que era seu advogado, e este acabou por convencer-se de que era realmente dono das duas empresas, ficando com tudo”. Os jornalistas denunciavam ainda “a mesquinhez das empresas e o clima de terror por elas instaurado nas redações e nas oficinas, com o objetivo de intimidar gráficos e jornalistas”. Davam um exemplo: “No *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito chegou a